




CAPÍTULO 1

UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO PADRÃO DE BELEZA EUROCÊNTRICO NA AUTOESTIMA DA MULHER NEGRA

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.253152513101>

Raquel da Conceição

Discente em licenciatura História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

RESUMO: Este artigo analisa a influência do padrão de beleza eurocêntrico na construção da autoestima da mulher negra. A pesquisa considera os impactos socioculturais que afetam a percepção individual e coletiva da beleza, enfatizando como os padrões impostos podem gerar conflitos identitários e afetar negativamente a autoestima. Por meio de revisão bibliográfica e análise crítica, o trabalho evidencia a necessidade de reconhecimento e valorização da diversidade estética para promover o empoderamento e a autoestima positiva das mulheres negras. Os resultados apontam para a importância da desconstrução dos estereótipos e da ampliação dos padrões de beleza, com destaque para ações educativas e sociais que fomentem a valorização da identidade negra.

PALAVRAS-CHAVE: autoestima; beleza; diversidade; empoderamento; mulher negra.

AN ANALYSIS OF THE INFLUENCE OF THE EUROCENTRIC BEAUTY STANDARD ON THE SELF-ESTEEM OF BLACK WOMEN

ABSTRACT: This article analyzes the influence of the Eurocentric beauty standard on the construction of Black women's self-esteem. The research considers the sociocultural impacts affecting individual and collective perceptions of beauty, emphasizing how imposed standards can cause identity conflicts and negatively affect self-esteem. Through bibliographic review and critical analysis, the study

highlights the need for recognition and appreciation of aesthetic diversity to foster empowerment and positive self-esteem among Black women. The results underscore the importance of deconstructing stereotypes and expanding beauty standards, emphasizing educational and social actions that promote the valorization of Black identity.

KEYWORDS: self-esteem; beauty; diversity; empowerment; black woman

INTRODUÇÃO

A construção da identidade e da autoestima da mulher negra no Brasil constitui-se como um fenômeno complexo e multifacetado, profundamente marcado pela imposição de padrões estéticos eurocêtricos que permeiam as estruturas sociais, culturais e midiáticas da sociedade brasileira. O padrão de beleza dominante, historicamente construído a partir de referenciais europeus e brancos, estabelece normas que privilegiam características físicas específicas — como cabelos lisos, pele clara e traços considerados “finos” —, marginalizando e desvalorizando a estética negra e suas múltiplas expressões de beleza.

Essa problemática encontra-se intrinsecamente relacionada ao que Butler (2018) define como performatividade de gênero, conceito que se revela fundamental para compreender como os padrões estéticos também funcionam como normas reguladoras que delimitam quais corpos são reconhecidos como belos, aceitáveis ou desejáveis. Para a autora, o gênero não é uma essência estável, mas uma construção performativa resultante de práticas discursivas que reiteram normas culturais e produzem efeitos de naturalidade. Nesse sentido, a beleza opera como um dispositivo de poder que não apenas descreve, mas produz e hierarquiza os corpos, estabelecendo fronteiras simbólicas entre o que é considerado normal e desviante, aceitável e inaceitável.

A perspectiva interseccional, fundamental para a compreensão desta temática, reconhece que as mulheres negras enfrentam múltiplas camadas de opressão resultantes da interseção entre raça, gênero e outras categorias sociais. Como pioneiramente argumentou Gonzalez (1984), as mulheres negras ocupam um lugar específico na estrutura social que demanda análises que considerem simultaneamente as dimensões racial e de gênero de suas experiências. Esta interseccionalidade produz vulnerabilidades específicas que não podem ser compreendidas apenas pela soma do racismo e do sexismo, mas como uma experiência qualitativamente distinta de discriminação e exclusão.

O legado colonial brasileiro desempenha papel central na manutenção desses padrões excludentes. O projeto de branqueamento, que caracterizou as políticas de imigração e as ideologias raciais do final do século XIX e início do XX, não se limitou à dimensão demográfica, mas estabeleceu um imaginário social no qual a

aproximação aos padrões europeus representava progresso e civilização. Esse processo histórico sedimentou hierarquias estéticas que persistem na contemporaneidade, manifestando-se através de práticas discriminatórias sutis, mas profundamente enraizadas no tecido social brasileiro.

A complexidade desse fenômeno se intensifica quando consideramos que o Brasil, paradoxalmente, construiu sua identidade nacional em torno da miscigenação e da diversidade racial, promovendo o mito da “democracia racial”. Essa narrativa, embora tenha servido para mascarar as desigualdades raciais, não eliminou os processos de hierarquização estética, mas os tornou mais sofisticados e implícitos. A celebração da mestiçagem, por exemplo, frequentemente valorizou apenas aqueles fenótipos que se aproximavam dos padrões europeus, mantendo a marginalização das características mais marcadamente africanas.

No contexto contemporâneo, a globalização da cultura e a expansão das mídias digitais introduzem novas dimensões a essa problemática. Se por um lado, observa-se a circulação de imagens padronizadas de beleza que reforçam estereótipos eurocêntricos, por outro, emergem espaços de resistência e construção de narrativas alternativas. As redes sociais, embora possam amplificar pressões estéticas, também se constituem como plataformas onde mulheres negras constroem e disseminam representações positivas de sua identidade e beleza.

A dimensão psicológica dessa questão revela-se particularmente preocupante quando consideramos os dados epidemiológicos sobre saúde mental da população negra brasileira. Os índices elevados de depressão, ansiedade e outros transtornos psicológicos entre mulheres negras não podem ser dissociados da constante exposição a padrões estéticos excludentes e da internalização de representações negativas sobre suas características físicas. Essa realidade evidencia a necessidade urgente de compreender os mecanismos pelos quais o racismo estético opera como fator de risco para o desenvolvimento de problemas de saúde mental.

A educação emerge como espaço privilegiado tanto para a perpetuação quanto para o questionamento desses padrões. Os materiais didáticos, as práticas pedagógicas e as interações escolares podem tanto reforçar estereótipos quanto promover a valorização da diversidade racial. A implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, representa avanço significativo, embora sua aplicação ainda enfrente resistências e desafios estruturais.

O mercado de trabalho constitui outro campo onde essas dinâmicas se manifestam de forma evidente. As pressões para adequação aos padrões eurocêntricos incidem diretamente sobre as oportunidades profissionais de mulheres negras, criando barreiras invisíveis que limitam seu acesso a posições de liderança e maior prestígio social. Essa realidade demonstra como os padrões estéticos transcendem a dimensão

puramente estética para se constituírem como mecanismos de reprodução das desigualdades sociais.

A indústria da beleza, por sua vez, desempenha papel ambíguo nesse processo. Historicamente centrada nos padrões eurocêntricos, essa indústria vem experimentando transformações significativas nas últimas décadas, impulsionadas tanto pela mobilização da comunidade negra quanto pela descoberta do potencial econômico desse segmento. Contudo, permanecem questões sobre a autenticidade dessas mudanças e sua capacidade de promover transformações estruturais nas representações de beleza.

O presente estudo visa analisar como a imposição de padrões de beleza eurocêntricos influencia a autoestima da mulher negra, investigando os processos de internalização desses padrões, seus impactos psicossociais e as estratégias de resistência e empoderamento desenvolvidas por essas mulheres. Busca-se compreender de que forma o racismo estético opera como mecanismo de controle social e como as mulheres negras negociam sua identidade em um contexto que historicamente desvaloriza sua estética natural.

Esta investigação considera também as transformações em curso na sociedade brasileira contemporânea, particularmente o fortalecimento dos movimentos de consciência negra, a emergência de novas narrativas sobre beleza e identidade, e as mudanças nas representações midiáticas da população negra. Esses fenômenos sugerem que estamos em um momento de transição, no qual práticas discriminatórias historicamente consolidadas coexistem com iniciativas de transformação e empoderamento.

A relevância desta investigação justifica-se pela necessidade urgente de ampliar o debate sobre os efeitos do racismo na saúde mental e na construção identitária das mulheres negras, bem como pela importância de visibilizar as estratégias de resistência e ressignificação da beleza negra que têm emergido nos últimos anos. Compreender esses processos é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas psicossociais que promovam a equidade racial e o fortalecimento da autoestima da população negra feminina.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, articulando contribuições do feminismo negro, dos estudos culturais e da psicologia social para construir um marco teórico que permita compreender a complexidade do fenômeno investigado. Essa escolha metodológica busca valorizar as vozes e perspectivas de intelectuais negras que, historicamente, têm contribuído de forma fundamental para a compreensão dessas questões, muitas vezes a partir de suas próprias experiências vividas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Padrões de beleza e sociedade

A construção dos padrões de beleza é um fenômeno social, histórico e político que não pode ser dissociado das relações de poder e das estruturas culturais que os sustentam. Na sociedade ocidental, esses padrões estão intrinsecamente ligados à lógica dualista que separa corpo e mente, natureza e cultura, masculino e feminino. Tais binarismos produzem não apenas distinções, mas hierarquias que reforçam desigualdades sociais e de gênero.

Para Butler (2018), o gênero não é uma essência estável, mas uma construção performativa, ou seja, resultado de práticas discursivas que reiteram normas culturais e produzem efeitos de naturalidade. A autora argumenta que a categoria “mulheres”, central ao feminismo, não deve ser vista como uma unidade fixa, mas como uma identidade marca por disputas e exclusões. Assim “as qualificações do ser sujeito têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida” (BUTLER, 2018, p.18), o que revela que até mesmo a ideia de sujeito é constituída em meio a relações de poder. Essa concepção é fundamental para compreender como padrões estéticos também se sustentam em normas reguladoras que delimitam quais corpos são reconhecidos como belos, aceitáveis ou desejáveis.

Bordo (1993), ao analisar a cultura ocidental, enfatiza que o corpo feminino foi historicamente associado à materialidade e à limitação, enquanto ao masculino se atribuiu a razão e a transcendência. Essa lógica dualista se expressa, por exemplo, na representação da mulher como “corpo” e do homem como “espírito”. Nas palavras da autora, “se o corpo é o termo negativo do dualismo, e se a mulher é o corpo, então as mulheres são essa negatividade” (BORDO, 1993, p. 5). Essa associação produziu um imaginário cultural no qual a mulher é responsabilizada pelos desejos e fragilidades do homem, tornando-se alvo de repressão, vigilância e disciplinamento.

Ainda, Bordo (1993) mostra ainda como a publicidade, a moda e mídia reforçam continuamente padrões que valorizam a magreza, o controle dos apetites e a conformidade estética como expressão de disciplina moral. “o corpo magro e esguio é lido como símbolo de autocontrole e de domínio sobre os desejos” (BORDO, 1993, p. 187). Essa normatividade corporal revela que os padrões de beleza não são apenas escolhas individuais, mas práticas culturais carregadas de significados sociais.

Schwarzc (1993) demonstra como esses padrões também foram moldados pela ideologia do branqueamento. Ao estudar os discursos científicos no final do século XIX, a autora mostra que o ideal estético estava intrinsecamente ligado a um projeto de “aperfeiçoamento racial”, no qual a aproximação ao modelo europeu

era vista como sinônimo de progresso. Nas palavras de Schwarcz, “o futuro do Brasil dependia de um embranquecimento que fosse ao mesmo tempo físico e simbólico” (SCHWARCZ, 1993, p. 127). Assim, a noção de beleza se articulava à hierarquia racial, transformando o corpo branco em padrão normativo e desvalorizando a estética negra e indígena.

Eurocentrismo e estética

A compreensão da estética contemporânea exige o reconhecimento de suas raízes históricas, fortemente vinculadas à experiência colonial e à imposição de um padrão cultural eurocêntrico. O eurocentrismo não se limita a uma visão geográfica ou étnica, mas constitui-se como uma lógica de denominação que naturaliza a superioridade da Europa e impõe seus valores como universais. Nesse contexto, os padrões de beleza funcionam como instrumentos de hierarquização social, articulando raça, gênero e poder.

Quijano (2009) destaca que a colonialidade do poder está ancorada na classificação racial da população mundial, sustentando a ideia de que alguns grupos são naturalmente a outros. Essa perspectiva foi consolidada com a modernidade, quando o eurocentrismo passou a apresentar-se como a única racionalidade válida. Desse modo, a estética eurocêntrica não é apenas uma preferência cultural, mas parte de um sistema de poder que estabelece quais corpos são considerados belos e civilizados.

Fanon (2008), ao analisar a experiência do negro em sociedades colonizadas, enfatiza que a adesão ao padrão estético europeu funciona como mecanismo de alienação. Ainda, observa que a busca pela brancura, seja por meio da estética ou da linguagem, representa a tentativa de assimilação a um modelo que inferioriza a identidade negra.

Identidade, corpo e raça

Hall (2006) destaca que a identidade não é fixa, mas um processo em constante transformação, marcado por deslocamentos, rupturas e negociações. A mulher, nesse contexto, vê sua identidade constituída em diálogo (e muitas vezes em tensão) com representações sociais que historicamente associaram a branquitude ao belo e ao universal, enquanto relegaram a negritude à marginalidade social e estética.

No plano do corpo, o padrão de beleza eurocêntrico construiu-se como uma norma disciplinadora, que institui um ideal de feminilidade ancorado na pele clara, no cabelo liso e em traços faciais europeus. O corpo negro, ao contrário, foi lido por séculos como “exótico”, “primitivo” ou “hipersexualizado”, configurando-se como um

signo de diferença e, muitas vezes, de inferiorização. Schwarcz (1993) demonstra como, no Brasil do século XIX, o discurso científico racialista utilizou a noção de raça para naturalizar desigualdades, atribuindo à mestiçagem e à presença negra no país um caráter de atraso civilizatório. Gomes (2019), por sua vez, evidencia que a escravidão produziu um processo sistemático de desumanização, em que “o corpo do escravizado não lhe pertencia; era visto como mercadoria, reduzido a uma peça de propriedade alheia” (GOMES, 2019, p. 112). Essa lógica consolidou uma hierarquia estética na qual o corpo negro era visto como um obstáculo a ser corrigido, seja pelo embranquecimento, seja pela tentativa de apagar traços fenotípicos africanos.

Ao abordar o corpo negro feminino, percebe-se que ele foi atravessado por representações ambíguas: de um lado, o estigma da feiura e da animalização, de outro, a fetichização sexual. Esse duplo movimento reforça o que Hall (2006) chama de “crise de identidade”, quando o sujeito é interpelado por discursos contraditórios que negam sua totalidade e o fragmentam em múltiplas representações sociais. Como afirma, “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (HALL, 2006, p.9). A mulher negra, nesse processo, foi marcada tanto pela inferiorização quanto pela hipersexualização de seu corpo, herança direta da lógica escravista.

É nesse pronto que a dimensão da autoestima se torna central. A constante exposição a padrões de beleza inatingíveis para a maioria das mulheres negras gera um processo de exclusão simbólica que se reflete em várias dimensões da vida social. Schwarcz (1993) enfatiza que o ideal do branqueamento no Brasil buscava “a eliminação progressiva dos traços negros da população, vista como única saída para a integração nacional” (SCHWARCZ, 1993, p. 67). Gomes (2019) reforça esse argumento ao lembrar que a escravidão “não terminou com a abolição em 1888, mas deixou cicatrizes profundas nas relações sociais, na cultura e na forma como a cor da pele define oportunidades e destinos no Brasil” (GOMES, 2019, p. 321). O corpo negro, nesse imaginário, era um corpo a ser transformado ou substituído, e não reconhecido em sua dignidade.

Hall (2006) sugere que a identidade se constrói e se reconstrói continuamente, acompanhando as mudanças históricas, sociais e culturais às quais os sujeitos estão expostos. Isso significa que a identidade não é algo dado de forma definitiva, mas um movimento dinâmico que se redefine conforme as formas pelas quais os indivíduos são representados, nomeados ou interpelados pelos sistemas culturais em que se inserem.

Assim, discutir identidade, corpo e raça em diálogo com o padrão de beleza eurocêntrico implica compreender que a autoestima da mulher negra não se reduz

a uma questão individual, mas está profundamente vinculada a processos históricos de racialização e exclusão. A identidade negra feminina é continuamente atravessada pela tensão entre a imposição do “ideal branco” e a resistência pela afirmação de uma estética própria. Como defende Schwarcz (1993), “a mestiçagem e a valorização do branqueamento não eliminaram o racismo, mas apenas mudaram de feição, mantendo a desigualdade racial sob novas roupagens” (SCHWARCZ, 1993, p.89). Reconhecer essa dinâmica é essencial para romper com a lógica colonial que insiste em classificar corpos a partir de hierarquias raciais e, sobretudo, para construir práticas sociais que valorizem a pluralidade estética como parte constitutiva da identidade brasileiras.

Autoestima e saúde mental

A relação entre padrões de beleza eurocêntricos e a saúde mental da mulher negra constitui um fenômeno complexo que merece análise aprofundada, uma vez que os impactos psicológicos da imposição de um ideal estético excludente repercutem de forma significativa na construção da identidade e da autoestima dessa população (GOMES, 2002).

A autoestima, compreendida como a avaliação que o indivíduo faz de si mesmo, encontra-se intrinsecamente relacionada à percepção corporal e à aceitação das características físicas próprias. No contexto da mulher negra brasileira, essa construção identitária é permeada por tensões históricas que remontam ao período colonial, quando se estabeleceram hierarquias raciais baseadas em características fenotípicas (GONZALES, 1984).

O processo de colonização não apenas subjugou politicamente os povos africanos, mas também instituiu um sistema simbólico que associava a branquitude à beleza, à pureza e à superioridade moral, enquanto relegava as características negras ao campo da feiura, da impureza e da inferioridade (ALMEIDA, 2019). Essa estrutura ideológica permanece operante na contemporaneidade, manifestando-se através de diversos mecanismos sociais que perpetuam a desvalorização da estética negra.

A interseccionalidade de gênero e raça intensifica os impactos psicológicos experimentados pela mulher negra, que se encontra na confluência de múltiplas opressões (COLLINS, 2019). A pressão para adequar-se aos padrões eurocêntricos de beleza não representa apenas uma questão estética, mas constitui uma forma de violência simbólica que interfere diretamente na saúde mental dessa população.

Estudos demonstram que a exposição constante a imagens que não representam a diversidade racial brasileira contribui para o desenvolvimento de baixa autoestima entre mulheres negras (GOMES, 2020). A ausência de referências positivas de beleza

negra nos meios de comunicação e na publicidade reforça a percepção de que suas características físicas naturais são inadequadas ou inferiores.

O fenômeno da autodepreciação manifesta-se através de diversas práticas corporais que visam aproximar a aparência física dos padrões eurocêntricos dominantes. O alisamento capilar, o uso de produtos clareadores da pele e a busca por procedimentos estéticos que modifiquem traços negroides representam tentativas de adequação a um ideal estético inalcançável (BERTH, 2019).

A pressão social para modificar características físicas naturais gera conflitos internos profundos, uma vez que a negação de aspectos fundamentais da própria identidade étnico-racial compromete a construção de uma autoimagem positiva (FANON, 2008). Esse processo pode resultar em quadros de ansiedade, depressão e outros transtornos psicológicos que afetam significativamente a qualidade de vida da mulher negra.

A família constitui o primeiro espaço de socialização onde se estabelecem as percepções sobre beleza e aceitação corporal. Em muitos contextos familiares, observa-se a reprodução acrítica dos padrões eurocêntricos, manifestando-se através de comentários depreciativos sobre características físicas negras ou de incentivos à modificação da aparência natural (GOMES, 2015).

O ambiente escolar também desempenha papel fundamental na formação da autoestima, podendo tanto reforçar estereótipos negativos quanto promover a valorização da diversidade racial. A ausência de representatividade negra nos materiais didáticos e a perpetuação de narrativas eurocêntricas contribuem para a internalização de sentimentos de inadequação entre estudantes negras (SILVA, 2020).

O mercado de trabalho representa outro espaço onde os padrões eurocêntricos de beleza se manifestam de forma discriminatória, influenciando processos seletivos e limitando oportunidades profissionais para mulheres que não se adequam ao ideal estético dominante. Essa realidade gera pressões adicionais para a modificação da aparência como estratégia de inserção social e econômica (DAVIS, 2016).

A mídia social contemporânea introduz novas dimensões ao problema, ampliando exponencialmente a exposição a padrões irreais de beleza e intensificando as comparações sociais. A busca por aprovação através de curtidas e comentários pode exacerbar sentimentos de insegurança e inadequação entre mulheres negras (HOOKS, 2019).

Contudo, observa-se também o surgimento de movimentos de resistência que questionam os padrões eurocêntricos e promovem a valorização da beleza negra. Iniciativas como o movimento de transição capilar e campanhas de representatividade

na mídia contribuem para a construção de referências positivas de identidade negra, impactando beneficemente na autoestima dessa população.

A psicologia tem desenvolvido abordagens terapêuticas específicas para trabalhar questões relacionadas à identidade racial e autoestima em mulheres negras, reconhecendo a necessidade de intervenções culturalmente sensíveis que considerem as especificidades da experiência afro-brasileira (SOUZA, 1983).

A mulher negra na mídia e na publicidade

A representação da mulher negra na mídia e na publicidade brasileira constitui um fenômeno complexo que reflete e simultaneamente produz significados sobre beleza, identidade e lugar social. A análise dessa representação revela a perpetuação de estereótipos e a manutenção de hierarquias raciais que impactam diretamente na construção da autoestima da população negra feminina (SILVA; ROSENBERG, 2008).

Historicamente, a presença da mulher negra nos meios de comunicação caracterizou-se pela sub-representação e pela reprodução de imagens estereotipadas que limitavam sua complexidade humana a alguns poucos papéis sociais predefinidos. A figura da mulata sensual, da empregada doméstica submissa e da mãe abnegada constituíram os principais arquétipos através dos quais a mulher negra foi apresentada ao público brasileiro (GONZALES, 2020).

O estereótipo da mulata hipersexualizada representa uma das formas mais perversas de objetificação da mulher negra na mídia brasileira. Essa representação, que tem suas raízes no período colonial, reduz a mulher negra a um objeto de desejo sexual, negando-lhe a possibilidade de ser vista como sujeito integral, dotada de intelectualidade, sentimentos e aspirações diversas (CARNEIRO, 1995).

A publicidade, como instrumento privilegiado de disseminação de valores e padrões sociais, desempenhou papel fundamental na manutenção da invisibilidade da mulher negra ou na sua apresentação através de lentes estereotipadas. Durante décadas, as campanhas publicitárias brasileiras privilegiaram exclusivamente modelos brancas, reforçando a percepção de que a beleza legítima seria monorracial (SANTOS; SILVA, 2013).

Quando presente na publicidade, a mulher negra frequentemente aparecia em contextos que reforçavam sua posição subalterna na hierarquia social, sendo associada a produtos de menor valor agregado ou a serviços domésticos. Essa representação contribuía para a naturalização da desigualdade racial e para a perpetuação de preconceitos (ARAÚJO, 2000).

A indústria cosmética, paradoxalmente, constituiu um dos setores que mais tardou a reconhecer a mulher negra como consumidora legítima. Durante décadas, a

oferta de produtos específicos para peles negras e cabelos crespos foi extremamente limitada, obrigando essa população a adaptar-se a produtos desenvolvidos para outras características físicas (GOMES, 2017).

O fenômeno da “democracia racial” brasileira manifestou-se também na mídia através da valorização da mestiçagem e da figura da mulata como símbolo nacional. Contudo, essa exaltação restringia-se aos períodos carnavalescos, mantendo a mulher negra em uma posição de exotismo e sensualidade, sem reconhecer sua humanidade integral (FREYRE, 1933).

A televisão brasileira, como meio de comunicação de massa mais influente do país, reproduziu durante décadas os padrões excludentes da mídia impressa, relegando a mulher negra a papéis secundários e estereotipados. A presença de protagonistas negras em novelas e programas de entretenimento foi historicamente escassa e problemática (ARAÚJO, 2004).

A emergência dos movimentos de consciência negra nas décadas de 1970 e 1980 começou a questionar essas representações hegemônicas, demandando maior diversidade e autenticidade na portrayal da mulher negra nos meios de comunicação. Essas mobilizações contribuíram para o gradual reconhecimento da necessidade de mudanças no panorama midiático brasileiro (HASENBALG, 1979).

A implementação de políticas de ações afirmativas a partir dos anos 1990 impulsionou transformações significativas no campo da representação midiática. O reconhecimento oficial do racismo como problema estrutural da sociedade brasileira criou pressões por maior inclusão e diversidade nos meios de comunicação (MOEHLECKE, 2002).

A descoberta do “potencial de consumo” da população negra pela indústria publicitária provocou mudanças substantivas nas estratégias de comunicação das empresas. O reconhecimento de que os negros constituíam um segmento de mercado significativo motivou a inclusão de modelos negras em campanhas publicitárias, embora frequentemente de forma ainda limitada e problemática (SILVA, 2017).

O surgimento das redes sociais introduziu novas dinâmicas na representação da mulher negra, permitindo que vozes antes marginalizadas ganhassem visibilidade e protagonismo. Influenciadoras digitais negras passaram a construir narrativas alternativas sobre beleza e identidade, desafiando os padrões eurocêntricos dominantes (SILVA, 2021).

Contudo, a democratização relativa proporcionada pelas plataformas digitais não eliminou completamente os problemas de representação. Algoritmos tendenciosos e estruturas de poder ainda favorecem conteúdos que reproduzem padrões hegemônicos de beleza, limitando o alcance de mensagens diversas (NOBLE, 2018).

A indústria da beleza experimentou transformações significativas nas últimas décadas, ampliando a oferta de produtos para mulheres negras e incorporando modelos diversos em suas campanhas. Entretanto, críticos apontam que muitas dessas mudanças representam mais estratégias de marketing do que compromissos genuínos com a equidade racial (GOMES, 2020).

A representação da mulher negra na mídia contemporânea caracteriza-se por uma tensão entre avanços conquistados através de mobilizações sociais e a persistência de estruturas discriminatórias profundamente enraizadas. Embora se observe maior diversidade na publicidade e nos meios de comunicação, ainda persistem desafios significativos para uma representação verdadeiramente equitativa e respeitosa.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. A escolha por essa metodologia justifica-se pela natureza complexa do objeto de estudo, que demanda uma análise aprofundada das dimensões simbólicas e subjetivas envolvidas na construção da autoestima da mulher negra em face aos padrões de beleza eurocêntricos.

O método qualitativo mostrou-se adequado por possibilitar a compreensão dos fenômenos sociais em sua complexidade e especificidade, permitindo capturar as nuances das experiências vivenciadas pelas mulheres negras. Como observa Mariano e Amorim (2021), a abordagem qualitativa é fundamental para investigações que buscam examinar como o racismo funciona enquanto força social sobre as mulheres no Brasil contemporâneo.

O delineamento metodológico baseou-se na revisão integrativa da literatura, que segundo Gil (2008), permite reunir conhecimentos sobre um tema específico a partir de estudos previamente realizados. Foram consultadas as principais bases de dados acadêmicas, incluindo SciELO (Scientific Electronic Library Online), Portal de Periódicos CAPES, Google Acadêmico e repositórios institucionais, utilizando descritores como “padrão de beleza eurocêntrico”, “autoestima mulher negra”, “racismo estético”, “identidade negra feminina” e “saúde mental população negra”.

Os critérios de inclusão dos materiais bibliográficos compreenderam: publicações em português e inglês; artigos científicos, dissertações, teses e livros publicados entre 2000 e 2023; trabalhos que abordem especificamente a temática da mulher negra, padrões de beleza, autoestima e identidade racial; e estudos que apresentem fundamentação teórica consistente. Foram excluídos trabalhos que não possuíam

rigor metodológico, publicações duplicadas e materiais que não apresentavam relação direta com o objeto de estudo.

A análise documental incluiu também a consulta a relatórios de organizações nacionais e internacionais, dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relatórios do Ministério da Saúde sobre saúde mental da população negra, e pesquisas realizadas por institutos especializados em questões raciais e de gênero.

O referencial teórico articula contribuições do feminismo negro, dos estudos culturais, da psicologia social e da sociologia, estabelecendo um diálogo interdisciplinar necessário para a compreensão da complexidade do fenômeno investigado. Foram priorizados trabalhos de autoras negras e pesquisadoras que desenvolvem estudos sobre interseccionalidade, como forma de valorizar a produção intelectual de mulheres que vivenciam as questões analisadas.

A análise dos dados foi realizada mediante técnicas de análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2021), organizando-se as informações em categorias temáticas que emergiram da literatura consultada. Essa análise permitiu identificar padrões, contradições e lacunas no conhecimento sobre o tema, bem como estabelecer relações entre diferentes aspectos da problemática estudada.

É importante destacar que a pesquisadora, enquanto mulher negra, reconhece sua posicionalidade no processo investigativo, compreendendo que essa condição pode influenciar tanto a interpretação dos dados quanto a análise dos resultados. Contudo, como defendem as metodologias feministas, essa proximidade com o objeto de estudo não compromete o rigor científico, mas antes contribui para uma compreensão mais sensível e aprofundada das questões analisadas (Campbell; Wasco, 2000).

A ética da pesquisa foi observada através do respeito aos direitos autorais, citação adequada das fontes consultadas e compromisso com a divulgação responsável dos resultados. Embora não envolva pesquisa com seres humanos, o estudo manteve o compromisso com a promoção da dignidade da população estudada e com o combate a estereótipos e preconceitos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da literatura consultada permitiu identificar convergências significativas entre os diferentes estudos sobre a influência dos padrões de beleza eurocêtricos na autoestima da mulher negra. Os resultados organizaram-se em quatro categorias principais: impactos psicossociais do racismo estético, processos de internalização dos padrões eurocêtricos, estratégias de resistência e ressignificação, e transformações na representação midiática.

Impactos psicossociais do racismo estético

Os dados analisados evidenciam que a imposição de padrões estéticos eurocêntricos produz efeitos devastadores na saúde mental das mulheres negras. Segundo dados do Ministério da Saúde, o índice de suicídio entre adolescentes e jovens negros no Brasil é 45% maior do que entre brancos, sendo que o risco aumentou 12% entre a população negra nos últimos anos, enquanto permaneceu estável entre brancos (BRASIL, 2023).

A pesquisa realizada por Mariano e Amorim (2021) demonstra que a autoestima da mulher negra relaciona-se diretamente com sentimentos de inferioridade, inadequação e invalidação do bem-viver. Os autores identificaram que o racismo limita as possibilidades das vivências concretas e subjetivas de mulheres negras, gerando o que denominam de “lugar de não pertencimento” diante da cultura brasileira racista.

Estudos específicos sobre saúde mental revelam que mulheres negras apresentam maior vulnerabilidade a transtornos como depressão e ansiedade. Martins e Santos (2023) constataram que fatores psíquicos e sociais de risco para o desenvolvimento da depressão - como estresse crônico, traumas psicológicos e baixa autoestima - incidem com maior frequência sobre mulheres negras, que são as mais expostas a violências de gênero e racial.

A manifestação desses impactos pode ser observada nas práticas corporais adotadas por mulheres negras em busca de adequação aos padrões eurocêntricos. Nogueira e Albuquerque (2021) identificaram que 80% das adolescentes pesquisadas manifestaram anseios e tentativas de mudar sua aparência física, sendo que 42% relataram experiências de violência e exclusão relacionadas à aparência, 31% apresentaram sintomas depressivos e 22% sintomas ansiogênicos.

Processos de internalização dos padrões eurocêntricos

A literatura analisada revela que a internalização dos padrões de beleza eurocêntricos inicia-se precocemente na vida das mulheres negras. Conceição, Gonçalves e Santos (2023) identificaram que as experiências de racismo têm início na infância e acompanham essas mulheres ao longo de toda a vida, causando dificuldades para o reconhecimento e aceitação da identidade negra.

O ambiente familiar emerge como o primeiro espaço de socialização onde se estabelecem as percepções sobre beleza e aceitação corporal. Gomes (2019) observa que em muitos contextos familiares há reprodução acrítica dos padrões eurocêntricos, manifestando-se através de comentários depreciativos sobre características físicas negras ou incentivos à modificação da aparência natural.

O contexto escolar também desempenha papel fundamental nesse processo. Silva (2020) demonstra que a ausência de representatividade negra nos materiais didáticos e a perpetuação de narrativas eurocêtricas contribuem para a internalização de sentimentos de inadequação entre estudantes negros. Essa realidade é corroborada por dados que indicam que apenas 30% dos profissionais do jornalismo brasileiro são negros, perpetuando a sub-representação nos espaços de formação de opinião (PERFIL DO JORNALISTA BRASILEIRO, 2021).

A mídia e a publicidade desempenham papel central na manutenção desses padrões. Análise de 1.041 conteúdos publicitários brasileiros entre 2020 e 2022 demonstrou que, embora tenha havido avanços na inclusão de mulheres negras na publicidade, sua representatividade permanece restrita a estereótipos como hipersexualização e subalternidade (COVALESKI; BELÉM, 2023).

Estratégias de resistência e resignificação

Apesar dos impactos negativos identificados, a literatura também revela importantes estratégias de resistência desenvolvidas por mulheres negras. O movimento de transição capilar emerge como uma das principais formas de questionamento aos padrões eurocêtricos e afirmação da identidade negra.

Matos (2016) identifica a transição capilar como um movimento que transcende a dimensão estética, configurando-se como ação política de resistência ao racismo. A pesquisadora observa que mulheres que passam pelo processo de transição desenvolvem redes de solidariedade e apoio mútuo através das mídias sociais, compartilhando experiências e técnicas de cuidado capilar.

Os dados indicam que esse movimento tem impacto econômico significativo. Segundo Teófilo (2020), quando as mulheres negras começaram a valorizar seus cabelos naturais, o mercado de produtos para cabelos crespos e cacheados cresceu 40% em um ano, sendo que 70% do público consumidor é composto por mulheres negras. Essa transformação impulsionou mudanças nas estratégias das empresas cosméticas e criou oportunidades de trabalho para influenciadoras e empreendedoras negras.

A valorização da estética afro-brasileira também se manifesta através da moda e da arte. Santos (2020) documenta como a moda afro-brasileira vem se tornando símbolo de resistência e autoafirmação, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência política entre jovens negros.

Transformações na representação midiática

Os resultados apontam transformações graduais na representação da mulher negra na mídia brasileira, embora persistam desafios significativos. Dados da pesquisa “Representa”, da Aliança sem Estereótipos (2023), indicam estagnação e até retrocessos em alguns índices de diversidade na publicidade. A pesquisa identificou que há quatro vezes mais mulheres brancas do que negras sendo representadas nos comerciais de TV.

Contudo, observa-se crescimento na presença de celebridades negras com alto poder de influência. Dados do Celebscore mostram que mulheres negras como Iza (5ª celebridade mais admirada) e personalidades como Lázaro Ramos têm pontuação acima da média geral, indicando potencial de transformação das representações midiáticas (KANTAR IBOPE MEDIA, 2023).

O ambiente digital tem-se mostrado espaço privilegiado para a circulação de narrativas alternativas. A facilidade de acesso às tecnologias de comunicação possibilitou que mulheres negras construíssem plataformas próprias de representação, desafiando os padrões hegemônicos e criando referências positivas de identidade negra.

Discussão integrada dos resultados

A análise integrada dos resultados revela que a influência dos padrões de beleza eurocêntricos na autoestima da mulher negra constitui fenômeno complexo e multidimensional. Os dados confirmam a hipótese de que esses padrões operam como mecanismo de controle social, perpetuando hierarquias raciais e produzindo sofrimento psíquico significativo.

Os achados corroboram as teorias do feminismo negro que enfatizam a necessidade de análises interseccionais para compreender as experiências das mulheres negras. A confluência entre racismo e sexismo potencializa os impactos negativos na autoestima, exigindo intervenções específicas e culturalmente sensíveis.

Simultaneamente, os dados evidenciam a capacidade de resistência e ressignificação demonstrada por mulheres negras, que desenvolvem estratégias criativas para subverter os padrões impostos e construir narrativas alternativas de beleza e identidade. Esses achados dialogam com as perspectivas de empoderamento presentes na literatura feminista negra.

A persistência de desigualdades na representação midiática, combinada com o crescimento de movimentos de valorização da estética negra, sugere que estamos em momento de transição, no qual práticas discriminatórias coexistem com iniciativas de transformação social.

Os resultados apontam para a necessidade de políticas públicas específicas para promoção da equidade racial na mídia, educação antirracista desde a infância, e desenvolvimento de práticas psicossociais culturalmente competentes para atendimento à população negra feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender a complexidade da influência dos padrões de beleza eurocêtricos na autoestima da mulher negra, evidenciando que esse fenômeno transcende questões meramente estéticas para configurar-se como mecanismo estrutural de perpetuação do racismo e da desigualdade racial no Brasil.

Os resultados confirmaram que a imposição de padrões estéticos eurocêtricos produz impactos psicossociais significativos na saúde mental das mulheres negras, manifestando-se através de elevados índices de depressão, ansiedade e comportamentos autodestrutivos. A análise revelou que esses impactos não podem ser compreendidos como questões individuais, mas como consequências de um sistema social que historicamente desvaloriza a estética negra e privilegia características fenotípicas europeias.

A investigação demonstrou que os processos de internalização desses padrões iniciam-se precocemente, sendo mediados por instituições como família, escola e mídia, que frequentemente reproduzem e naturalizam hierarquias raciais. A persistente sub-representação de mulheres negras nos espaços de poder e tomada de decisão, particularmente nos meios de comunicação, contribui para a manutenção desses padrões excludentes.

Contudo, a pesquisa também evidenciou a emergência de importantes movimentos de resistência e ressignificação da beleza negra, dos quais o movimento de transição capilar constitui exemplo paradigmático. Esses movimentos revelam a capacidade das mulheres negras de subverter os padrões impostos, construindo narrativas alternativas de identidade e beleza que valorizam suas características naturais e sua ancestralidade africana.

A análise da representação midiática indicou transformações graduais, embora ainda insuficientes. O crescimento do mercado de produtos para estética negra e o aumento da visibilidade de influenciadoras e celebridades negras sugerem mudanças nas dinâmicas de consumo e representação, impulsionadas pela demanda da própria comunidade negra.

Os achados desta investigação apontam para a necessidade urgente de políticas públicas específicas que promovam a equidade racial nos diferentes espaços sociais. É fundamental o desenvolvimento de programas educacionais antirracistas, campanhas

de valorização da diversidade estética, e a criação de mecanismos que garantam maior representatividade negra nos meios de comunicação e publicidade.

No campo da saúde mental, os resultados evidenciam a importância de formar profissionais capacitados para atender às especificidades da experiência negra, desenvolvendo abordagens terapêuticas culturalmente sensíveis que considerem os impactos do racismo na construção da subjetividade.

Para a psicologia, este estudo contribui para ampliar a compreensão sobre os determinantes sociais da saúde mental, enfatizando a necessidade de incorporar a dimensão racial nas análises sobre autoestima e identidade. Os achados dialogam com as perspectivas da psicologia social crítica, que reconhece a influência das estruturas sociais na constituição dos sujeitos.

As limitações desta pesquisa incluem sua natureza bibliográfica, que não permitiu o acesso direto às experiências das mulheres negras. Estudos futuros poderiam ampliar essa compreensão através de pesquisas empíricas que investiguem as vivências concretas dessas mulheres, utilizando metodologias participativas que valorizem suas vozes e perspectivas.

Sugere-se também a realização de pesquisas longitudinais que acompanhem os impactos dos movimentos de valorização da estética negra na autoestima das novas gerações, bem como estudos que investiguem as intersecções entre raça, gênero, classe e outros marcadores sociais na construção da identidade feminina negra.

A relevância desta investigação reside em sua contribuição para visibilizar uma problemática que afeta milhões de mulheres brasileiras, fornecendo subsídios teóricos para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes no combate ao racismo e na promoção da equidade racial. O reconhecimento da centralidade da questão estética na experiência negra feminina não representa frivolidade, mas sim a compreensão de que o corpo negro foi historicamente transformado em território de disputa política.

Por fim, este estudo reafirma a importância de ampliar os espaços de produção de conhecimento sobre a experiência negra, valorizando a contribuição intelectual de pesquisadoras negras e promovendo uma ciência mais inclusiva e representativa da diversidade brasileira. A construção de uma sociedade verdadeiramente democrática passa necessariamente pela desconstrução dos padrões estéticos excludentes e pela valorização da pluralidade de belezas que compõem o mosaico étnico-racial brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil**: o negro na telenovela brasileira. São Paulo: Senac, 2000.

ARAÚJO, Joel Zito. A força de um desejo - a persistência da branquitude como padrão estético audiovisual. **Revista USP**, São Paulo, n. 69, p. 72-79, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2021.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen, 2019.

BORDO, Susan. **Unbearable weight**: feminism, Western culture, and the body. Berkeley: University of California Press, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Dados sobre suicídio na população negra. Brasília: MS, 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMPBELL, Rebecca; WASCO, Sharon M. Feminist approaches to social science: epistemological and methodological tenets. **American Journal of Community Psychology**, v. 28, n. 6, p. 773-791, 2000.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONCEIÇÃO, Ana Flávia Soares; GONÇALVES, Joyce Elisa dos Santos; SANTOS, Nara Yngred Brandão. Racismo e autoestima da mulher negra universitária. **Revista Formadores: vivências e Estudos, Cachoeira**, v. 16, n. 3, p. 101-122, dez. 2023.

COVALESKI, Rogério Luiz; BELÉM, Thainá Gomes de Lira. Quem é a mulher negra para a publicidade brasileira: um estudo sobre representações e estereótipos em campanhas publicitárias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 46., 2023, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2015. p. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2002. p. 83-96.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOOKS, bell. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

KANTAR IBOPE MEDIA. **Estudo sobre o poder da influência negra na mídia e publicidade**. São Paulo: Kantar IBOPE Media, 2023.

MARIANO, Júlia Volpato; AMORIM, Marcelo Vinícius Costa. O impacto do racismo na autoestima de mulheres negras no contexto brasileiro. **Revista de Antropologia**, Goiânia, v. 24, n. 2, p. 145-167, jul./dez. 2021.

MARTINS, Jackeline Ribeiro; SANTOS, Mara Aline de Campos dos. A depressão nas mulheres negras brasileiras: um estudo acerca do racismo estrutural e seu impacto psíquico. **Revista ACis**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 37-60, mar. 2023.

MATOS, Lídia de Oliveira. "Não é só cabelo, é também identidade": transição capilar, luta política e construções de sentido em torno do cabelo afro. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 30., 2016, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: UFPB, 2016.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa**: história e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117, p. 197-217, nov. 2002.

NOBLE, Safiya. **Algorithms of oppression**: how search engines reinforce racism. New York: NYU Press, 2018.

NOGUEIRA, Marina Águila; ALBUQUERQUE, Paloma Pegolo de. Adolescência e saúde mental: repercussões dos padrões culturais de beleza. **Revista PsicoRevista**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 76-101, 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Depressão e outros transtornos mentais comuns: estimativas sanitárias mundiais. Washington: OPAS, 2017.

PERFIL DO JORNALISTA BRASILEIRO. **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2021. Florianópolis: Insular, 2021.

PESQUISA REPRESENTA. **11ª onda da pesquisa Representa da Aliança sem Estereótipos**. São Paulo: ONU Mulheres Brasil, 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-118.

SANTOS, Maria do Carmo Paulino dos. *Moda afro-brasileira, design de resistência: o vestir como ação política*. 2020. 156 f. Dissertação (Mestrado em Design) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SANTOS, Renato Emerson dos; SILVA, Maria Nilza da (Org.). **Educação e população negra no Brasil**: avanços, desafios e perspectivas. Brasília: MEC/SECAD, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Ana Carolina Escosteguy. Mulheres negras na mídia brasileira: estereótipos e discriminação ao longo dos anos. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 38, p. 52-65, jan./jun. 2017.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (Org.). Educação das relações étnico-raciais: subsídios para a implementação da Lei 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TEÓFILO, Luana. A revolução crespa e o mercado de beleza negra. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE GÊNERO E RAÇA, 15., 2020, Salvador. Anais [...]. Salvador: UFBA, 2020.